

## OS DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O PAPEL DA ESCOLA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NESTA PERSPECTIVA

Regiana Machado da Silva<sup>1</sup>  
Fabíola de Oliveira da Silva<sup>2</sup>  
Luciano Tadeu<sup>3</sup>  
Dara Dalila Ferreira Neto<sup>4</sup>

### RESUMO

Objetivou-se analisar os desafios encontrados por professores e alunos sobre as práticas da educação inclusiva no contexto da educação pública e de que forma os alunos fazem parte do processo de inclusão, bem como a atuação da escola, dos professores e suas aptidões para interagir e aplicar suas práticas pedagógicas em alunos identificados como pessoas com necessidades especiais. O método utilizado foi uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória que nos permitiu obter os dados acerca da prática da inclusão no cotidiano de sete escolas públicas da Região Metropolitana de Belém/PA. Participaram da pesquisa 238 sujeitos: 40 discentes do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará; 181 alunos e 10 educadores entre professores e diretores, sendo estes formulados juntamente com estudos bibliográficos, observações em sala de aula e entrevistas semiestruturadas aplicadas em alunos, professores e diretores. A partir da análise dos dados, concluímos que a Educação Inclusiva e a Educação Especial são propostas que se complementam e caminham em direção a um modelo de escola realmente inclusiva, ressaltando também a importância da participação da família que ao interagir com a escola e o corpo docente, ajudam a facilitar o processo social de inclusão, bem como reforçar a dinâmica das relações e a comunicação entre os elementos envolvidos.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva, Escola Inclusiva, Pessoa com Deficiência.

### INTRODUÇÃO

Atualmente existe um debate desenvolvimentista discutindo entre as propostas para relançar a educação visto que, esta deveria ser priorizada em termos de maior inclusão social, principalmente sobre qual deveria ser o papel do Estado em relação as necessidades e aos desafios frequentes para que essas novas propostas possam ser cumpridas rigorosamente. Vários discursos a favor da educação Inclusiva baseada consideravelmente na promessa de “Educação para todos”, fica evidente que é possível o acesso e permanência de todos os alunos.

No entanto, para discutir acerca de tal temática, é necessário entender, primeiramente, sua natureza quanto definição, que segundo Oliveira (2016), tem a ver diretamente à todos os processos existentes na educação, de maneira que dentro desse âmbito haja uma reestruturação de paradigmas existentes, trazendo a inexistência de segregações no âmbito

<sup>1</sup>Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará – UFPA, regiana.machado56@gmail.com;

<sup>2</sup>Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará- UFPA, fabi\_oliveira01@yahoo.com.br

<sup>3</sup>Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará- UFPA, dara.neto@gmail.com

<sup>4</sup>Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará- UFPA, lucianomedeiros2602@gmail.com

escolar e o acesso de todos os indivíduos de forma igualitária ao direito de serem inseridos no ambiente escolar.

Este trabalho tem como objetivo evidenciar de que forma os alunos matriculados nas escolas pesquisadas fazem parte do processo de inclusão, bem como a atuação da escola, dos professores e suas aptidões para interagir e aplicar suas práticas pedagógicas em alunos identificados como pessoas com necessidades especiais.

## **METODOLOGIA DE PESQUISA**

A metodologia utilizada na pesquisa foi do tipo exploratória, pois segundo GIL (2008) a mesma consiste em serem desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Segundo o autor:

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. GIL (2008, p. 27).

A partir disto, o trabalho teve uma divisão em quatro estágios sendo eles:

A) Visitas às escolas; objetivando conhecer os espaços físicos onde encontra-se matriculados alunos com deficiência e alunos tidos “normais” e que desenvolve determinado processo de inclusão.

B) Aplicação de entrevistas semiestruturadas direcionadas às categorias alunos, professores e diretores; enfatizando a questão de relação, perspectiva e aceitação.

B) Observações em salas de aula; tendo como finalidade verificar de que forma os alunos se desenvolvem e como interagem as diversidades em sala de aula.

D) O cruzamento dos dados afim de obter uma escala de proximidade entre os alunos; onde o foco é se existe ou não a inclusão dos alunos com deficiência em amplo sentido. Essa escala se deu através da seguinte fórmula:

$I = (P/3n-3) - (R/3n-3)$  onde **I** é o índice de proximidade; **P**(proximidade) é o número de citações do aluno como resposta nas questões 1 a 3; **R** (rejeição) é o número de citações do aluno como resposta nas questões 4 e 6; e **n** é o número de alunos, tendo variações de -1 a +1 dependendo do número de aceitação ou rejeição.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **INCLUSÃO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Para compreender mais sobre o assunto, partimos da premissa de que o termo ‘inclusão’, além de polissêmico, não encontra consenso, na teoria ou na prática quanto ao seu significado, ele também varia conforme o projeto a ser discutido, seja ele político ou social

desde que esteja de acordo com o plano de desenvolvimento vigente. A inclusão pode ser definida como uma prática social que se aplica no trabalho, na arquitetura, no lazer, na educação, na cultura, mas, principalmente, na atitude e no perceber das coisas, de si e do outrem.(CAMARGO, 2017)

Uma escola inclusiva destaca-se das demais por apresentar como parte frontal do processo educacional, onde a educação inclusiva aponta para a transformação de uma sociedade inclusiva sendo a inclusão um processo que amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Dessa maneira, podemos verificar a necessidade de um melhor direcionamento para as comunidades, onde a escola inclusiva tem um processo educativo que também é entendido com um processo social, onde além dos alunos regulares, todas as pessoas com deficiência têm acesso direto à escolarização de maneira normativa, onde o alvo é o alcance da integração de pessoas deficientes na comunidade.

O processo de inclusão visa estender ao máximo a capacidade da pessoa com deficiência no ambiente educacional e ganha mais importância sob um olhar de formação social, quando admitimos que somos desiguais e excludentes e que é necessário que haja mudança significativa no sentido de transformação, assim,

Há na educação inclusiva a introdução de um olhar. Uma maneira nova de se ver, ver os outros e ver a educação. Para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada com base no entendimento de que é ela que precisa ser capaz de atender as necessidades de seus membros. Assim sendo, inclusão significa a modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa com necessidades especiais buscar seu desenvolvimento e exercer sua cidadania. (FREITAS, 2006, p. 167).

Neste sentido, as reformas educativas do final dos anos de 1990 no Brasil foram fundamentais, buscando entrar no compasso das grandes mudanças operadas nos sistemas escolares do Hemisfério Norte. Na perspectiva de ampliação do direito à educação, assegurado pela Constituição Federal de 1988a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, onde a Educação Infantil passa a constituir uma etapa da Educação Básica e a extensão da obrigatoriedade escolar é prevista até os 17 anos de idade, que correspondem ao término do Ensino Médio. Nesse sentido podemos evidenciar esse pensamento novo, desenvolvimentista sobre a educação referente aos processos de educação inclusiva que estão em constantes transformações.

## A ESCOLA PÚBLICA E AS PRIMEIRAS LEIS EDUCACIONAIS

O sistema regular de ensino no Brasil, é elaborado para receber apenas aqueles alunos ditos “normais”, com bom desempenho, sem nem uma dificuldade de aprendizagem e cujo as famílias tenham condições que sejam capaz de os incentivar nos estudos, a quebra dessa “tradição” causa uma problemática quando este mesmo sistema se vê diante do fracasso dos alunos que devido a problemas sociais, psicológicos, culturais e em quaisquer outras situações, o torne incapaz de lidar com o ‘diferente’. Desse modo:

A escola pública, criada a partir da Revolução Francesa como veículo de inclusão e inserção social, vem sendo em nosso país inexoravelmente um espaço de exclusão – não só dos deficientes, mas de todos aqueles que não se enquadram dentro do padrão imaginário do aluno “normal”. As classes especiais, por sua vez, se tornaram verdadeiros depósitos de todos aqueles que, por uma razão ou outra, não se enquadram no sistema escolar. (GLAT, 2000, pág. 18).

Podemos observar que a escola pública tem seu papel definido, e deveria ser mais inclusiva em aspecto geral de educação popular, democrática e para todos, enquanto que a educação especial é responsabilizada historicamente pela educação dos indivíduos com deficiência, uma vez que também historicamente ela já assumia padrões excludentes. Com o passar dos anos, muitas mudanças aconteceram e a institucionalização de algumas leis foram fundamentais para integrar o desenvolvimento educacional no país, dentre as quais podemos citar a *Constituição Federal*, que no seu artigo 205 pretende garantir educação para todos, o inciso III do art. 208 da *Constituição Brasileira* se refere ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, “*preferencialmente na rede regular de ensino*”.

A Política Nacional de Educação Especial (MEC/SEEP,1994) em que o MEC estabelece como diretrizes da Educação Especial, apoiar o sistema regular de ensino para a inserção de portadores de deficiência, priorizando o financiamento de projetos que visam a ação de integração, logo após, esta definição ganhou reforço na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (Lei nº 9.394/96) e a pouco tempo nas *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica* (CNE/CEB, 2001).

Mais claramente, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica preveem o atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades especiais preferencialmente na rede regular de ensino, através da adaptação do currículo e de metodologias de ensino mais direcionadas, ainda dentro dessa diretriz, tem-se que o professor não é o único responsável pelo desenvolvimento do aluno: “O corpo docente, e não cada professor, deverá partilhar a responsabilidade do ensino ministrado a crianças com

necessidades especiais.” (BRASIL, 2002, p. 18). Assim, o papel do professor é o de incentivar através de metas e objetivos os quais direcionem o aluno com deficiência, visando levá-lo ao desenvolvimento.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados foram separados em sete parâmetros que consistem em: escolas, turmas, alunos, professores auxiliares, pessoa com deficiência (PCD), professores entrevistados e diretores entrevistados. O resultado dos levantamentos realizados fora realizado em sete escolas distintas, localizadas na Região Metropolitana de Belém/Pará. Os professores, alunos, diretores e as escolas estão designados por letras para preservar a integridade física dos mesmos e estão distribuídos nas tabelas a seguir:

Tabela 01:

Visitas às escolas

Escolas	Turmas	Alunos	Séries	Professores Auxiliares	PCD	Professores Entrevistados	Diretores entrevistados
A	1	23	5°	0	1	1	0
B	1	21	—	0	1	1	0
C	02	1ª: 16	EJA	0	9	1	1
		2ª: 12	-----	0	1	1	
D	1	26	—	0	2	1	0
E	1	28	8°	0	2	1	0
F	1	26	5°	0	2	1	0
G	1	29	—	0	2	1	1

Fonte: dados da pesquisa

Quanto ao quantitativo geral de alunos regulares, a escola G possui maior índice com 29 alunos no total, enquanto a escola C turma 02 possui apenas 12 alunos regulares. Verificamos que as escolas A e B possuem apenas um aluno com deficiência, a escola C apresenta duas turmas, sendo que a turma 01 possui nove alunos e a turma 02 tem um aluno deficiente, as escolas D, C e F possuem dois alunos com deficiência.

Ressaltamos que a escola C obteve duas observações e duas entrevistas com professores, isto foi necessário pois a turma 01 era em sua maioria composta por pessoas com deficiência dificultando a análise dos graus de rejeição e proximidade entre os alunos que será apresentada na tabela posterior e também torna-se clara a ausência de professores de apoio ou auxiliares no ambiente escolar.

Tabela 02:

Entrevistas com os professores

ESCOLAS	Qual a sua posição em relação à educação inclusiva?	Como trabalha com seus atuais alunos de inclusão?	Quais expectativas têm em relação aos alunos de inclusão?	O que seria necessário na escola na qual atua para que ela se tornasse mais inclusiva?	Percebe os alunos em situação de inclusão como incluídos? De que forma? O que mais poderia ser feito para melhorar a inclusão?
<b>A</b>	Sinto-me limitada em sala de aula por ter que lidar com diferentes situações	Focamos na questão do comportamento e interação dele com a turma	De que todos venham sentir-se bem no espaço escolas	Com mais recursos, avanços, e menos precarização do espaço e mais	Em geral sim, na aprendizagem e nas interações. Mais conscientização, ajuda, incentivo e aceitação familiar.
<b>B</b>	Precisaria ter mais um treinamento, A educação inclusiva ela veio para a sala de aula assim como imposta, faltou assim esse preparo dos professores.	A PCD não tem muitas dificuldades no andamento do ensino, ele acompanha as tarefas sem trabalhos diferenciados.	Quando eles são incluídos, quando eles conseguem se adaptar e também ter a receptividade dos outros alunos, eles precisam de apoio para ter desenvolvimento,	Ter um apoio realmente de uma pessoa né, para trabalhar com esses alunos.	Sim ele é incluído porque ele se adapta bem a turma. Ele consegue ter uma convivência muito boa com os outros alunos.
<b>C</b>	Acho importante que todas as PCD tenham essa convivência entre os ditos “normais”.	De acordo com algumas informações em libras, expressões faciais, linguagem adequada e recursos que possam utilizar	Escola ter preparação e obrigação de trazê-los e a gente também estar preparado para recebe-los.	Curso de Libras obrigatório para todas as pessoas que atuam na escola, assim seria um trabalho em conjunto.	Sim, porém a falta de domínio da linguagem de libras universal dentro do contexto escolar, às vezes a atenção deles também é negligenciada.
<b>D</b>	Acho e penso que é algo significativo e importante, mas a inclusão não ocorre por falta de assistência da rede.	Eu não trabalho como deveria, mas facilita contar com o auxílio dos pais, do AEE, dos estagiários, cuidadores, e bolsistas do	Todo tem seu tempo de aprendizagem e é importante respeitar o tempo de aprendizagem	Acredito que ter uma visão de inclusão mais ampla entre todos, coordenação, gestão, os pais.	De certa forma eles são incluídos, mas é necessário articular com os vários sujeitos envolvidos

		PIBID			
<b>E</b>	Em um plano geral ela tem um apoio indispensável, o AEE é esse atendimento fundamental de suporte.	Pensando na integração, procuramos aproximar os alunos de inclusão ao máximo dos alunos regulares	Um rendimento muito bom dos alunos de inclusão é sempre o objetivo do nosso trabalho.	Educação dos colegas deles, acolher mais Respeitar as diferenças entre os alunos e falta estrutura física	São incluídos sim, mas não se trata somente da parte estrutural, mas da questão das relações humana.
<b>F</b>	Que venha resgatar o fato de que elas são diferentes, mas possuem os mesmos direitos	De forma que se sintam fazendo parte de todas as atividades	Que são boas, existe evolução, retorno e que pode melhorar com a ajuda da família.	Formação do corpo docente e dos demais profissionais envolvidos	Dependendo do conhecimento de cada um existem alguns incluídos, mas a escola precisa de formação.
<b>G</b>	É questão de cidadania, todo mundo tem direito a estar inserido na sociedade de forma mais pacífica possível.	Depende da realidade dos alunos. Cada um é uma individualidade, então cada um tem um nível diferenciado de dificuldade.	Que eles avancem. Por isso eu acho que depende da equipe que tem.	Projetos de inclusão. Como te falei antes: a escola inclusiva tem que incluir todos.	Até certa forma, dependendo do aluno, do tipo de deficiência, do tipo de cidade que ele vai estar, ele vai ser mais ou menos bem recebido. Muitas coisas! Porque a inclusão ainda é recente.

Fonte: dados da pesquisa

Observamos que, de forma geral os professores falam sobre suas limitações, a falta de treinamento, a falta de assistência ou plano de apoio, e sobre o direito a cidadania. Todos trabalham a questão do comportamento, das dificuldades, relatam a importância dos auxílios, da integração escola e família, do respeito da individualidade e da realidade que diferencia o nível de dificuldade. Suas expectativas giram em torno das adaptações, do desenvolvimento e do bom rendimento; conseguem expor os problemas que dificultam os desempenhos dos trabalhos onde os mais apontados são a falta espaço físico adaptado e a falta de formação específica por parte do corpo técnico e docente. Todos acreditam que há de certa forma algum tipo de inclusão, levando em consideração os parâmetros e as problemáticas e respeitando o tempo e as limitações de cada aluno.

Um breve relato sobre as entrevistas com os diretores das escolas C e G nos permitiu definir como informações mais próximas e que foram sempre positivas, pois relataram sobre o

que chamam de atendimento inclusivo, o processo de matrícula, a aceitação no meio escolar, o tipo de tratamento diferenciado e direcionado. Como ponto negativo, citam a existência de projetos de inclusão, dos aspectos legislativos que garantem os espaços, o ordenamento, a organização, a lógica e a noção ou adaptação do currículo e assumem isso como um conjunto de elementos que necessários, e a ausência desses elementos resultam na principal causa das dificuldades dos avanços no desenvolvimento dessas pessoas.

Tabela 3:  
Observações em sala de aula

	Onde sentam (PCD) na sala de aula?	Interação com PCD	Presença de <i>bullying</i>	Participação de atividades em grupo	Estímulo do professor	Como o Professor Acompanha	Participa das tarefas
<b>A</b>	Frente	Sim	Sim	Sim	Espontânea	Adaptada	Sim
<b>B</b>	Frente	Sim	Não	Sim	Espontânea	Igual	Sim
<b>C</b>	Frente	Sim	Não	Não	Dirigida	Igual	Sim
<b>D</b>	Laterais	Sim	Não	Sim	Espontânea	Igual	Sim
<b>E</b>	Indefinido	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim
<b>F</b>	Frente	Sim	Sim	Sim	Dirigida	Igual	Sim
<b>G</b>	Sem observações	—	—	—	—	—	—

Fonte: dados da pesquisa

Assim, obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 3.1

Perguntas	Onde sentam (PCD) na sala de aula?	Interação com PCD	Presença de <i>bullying</i>	Participação de atividades em grupo	Estímulo do professor	Como o Professor Acompanha	Participa das tarefas
<b>Percentual</b>	Frente 66,6% Lateral 16,6%	100%	50%	83,33%	Espontânea 50% Dirigida 32%	Igual 83,33% Diferente 16,6%	100%

Fonte: dados da pesquisa

Verificamos que a maioria dos alunos “especiais”, cerca de 66,6% se sentam em frente ao quadro, que apresentam 100% de interação com os demais e participam das tarefas; 83,33% participam das atividades em grupo e recebem acompanhamento igual, os que recebem tratamento diferenciado somam 16,6%.

Dentre os dados, daremos ênfase nas escolas A, E e F pelos fatos incidentes de *bullying* onde alunos que se destacam são chamados de chatos e exigentes, que ocorriam

brincadeiras de mal gosto e apelidos, houve também agressões físicas e verbais alguns momentos, porém nada dirigido diretamente ao aluno deficiente, mas sim entre todos os alunos presentes em sala de aula.

O bullying sempre tem como objetivo ferir e magoar a vítima, ocorrendo principalmente de três maneiras: agressões físicas diretas; agressões verbais diretas; e agressões indiretas (PEREIRA, 2002) sua maioria ocorre em contextos escolares tornando-se responsável por um grande número anual de evasão escolar e pode ser considerado como fator de risco para comportamentos isolados considerados antissociais configurando um aspecto preocupante quanto ao seu nível de alcance.

Tabela 4:  
Cruzamento dos dados, o choque entre teoria e prática

Escola	Aluno	Índice de proximidade	Índice de rejeição
A	Único (Turma 01)	Não informado	Não informado
B	1	0%	0%
	2	0%	0%
C	Único	0,06%	0%
D	1	0%	0%
	2	0,01%	0%
E	Único	0%	0%
F	1	0%	-1,30%
	2	0%	0%
G	1	0%	0%
	2	0%	0%

Fonte: dados da pesquisa

Conforme a tabela acima, os resultados demonstram que, de acordo com o quantitativo de alunos ditos “normais” e deficientes, existe um dado preocupante em relação ao nível de inclusão. Entre os 11 alunos deficientes, apenas uma aluna da escola C obteve o índice de 0,06% de proximidade com isso, podemos considerar que de fato o processo de inclusão e socialização está ocorrendo naquele âmbito escolar. Porém, em contrapartida torna-se preocupante os outros índices apresentados nas escolas A, B, D, E, F e G em que os mesmos não demonstram nem um grau de proximidade, pois a determinante zero aponta mais como rejeição e demonstra que os alunos deficientes estão como imperceptíveis em sala de aula, e que o sistema inclusão não está acontecendo de forma efetiva de aprendizagem ocasionando

dificuldades no processo de superação do preconceito aos portadores de necessidades especiais.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação de uma forma geral busca um modelo de escola mais inclusiva em todos os sentidos, o que leva cada vez mais a escola e os professores a enfrentarem novos desafios.

Sabemos que existe um debate desenvolvimentista, discutindo entre as propostas para relançar a educação, a qual deveria ser priorizada em termos de maior inclusão social, mas principalmente qual deveria ser o papel do Estado ao identificar quais as necessidades e os desafios para que ele possa cumpri-lo a contento.

Verificamos que a inclusão não pode estar limitada apenas ao acesso de pessoas com deficiência, mas também que sua permanência seja direcionada a socialização e ao desenvolvimento cognitivo dentro das limitações dos alunos como foco principal do processo de inclusão. A importante participação da família ao interagir com a escola e o corpo docente, ajuda a facilitar o processo social de inclusão, pois reforça a dinâmica das relações e a comunicação entre os elementos envolvidos.

Assim, conclui-se pelo exposto neste trabalho a importância da implementação da formação continuada e a inserção da disciplina de libras nos cursos de licenciatura como parte do processo de formação objetivando corresponder a uma flexibilização do currículo baseados na reflexão e criatividade resultando na habilidade dos futuros professores

que a maioria dos professores entrevistados afirmam estar abertos às mudanças e ao aprendizado, interessados em apropriar-se de novas técnicas para aplicar em suas práticas pedagógicas, possibilitando atender mais adequadamente os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Ensino Básico. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF, 2001.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei ° 9394/96. 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília SEESP, 1994.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 10.172/01. 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF: Senado 1988.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 2002.

CAMARGO, E. P. **Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlases e desenlases**. Bauru: Ciênc. Educ., v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017.

FREITAS, S. N. **A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo**. São Paulo. Summus. Editorial. 2006.

GLAT, R. **A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1995.

OLIVEIRA, H. C. O. **A inclusão escolar do aluno com transtorno do espectro autista na sala regular da Escola Estadual de Ensino Médio prof. Antônio Gondim Lins**. 2016. 98 f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Pará, 2016.

PEREIRA, B. O. **Para uma escola sem violência: estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.